

LITERATURA E HISTÓRIA: SABERES EM DIÁLOGO

Florentina Souza¹
(UFBA)

*Em meio ao medo instalado e à necessária e desejada coragem,
ensaiamos movimentos ancorados na recordação das proezas
antigas de quem nos trouxe até aqui.
(Conceição Evaristo)*

Desde o início de sua sistematização, os estudos sobre a produção artística discutem sobre as aproximações entre as artes e a ciência histórica. A verdade e a ficção são postas em debate em vários momentos do que denominamos de tradição ocidental. Talvez por esse motivo, em alguns momentos históricos, certos artistas tenham sido vistos como perniciosos à ordem social e política. Muitas foram as ocasiões em que os textos artísticos, verbais ou não, foram utilizados como apoio para pesquisas históricas de cunho científico, para reivindicações coletivas ou postos a serviço de setores dominantes. Em outras situações, a Literatura também recorreu ao texto histórico como ponto de partida para as suas criações e preencheu, com imaginação e fantasia, as lacunas da história. Digo isso apenas para ressaltar, como já o fizeram outros antes de mim, que história e Literatura têm percorrido caminhos muito próximos na tradição citada.

Aristóteles, em sua *Poética*, dedica algumas páginas a discutir sobre a amplitude do gênero tragédia devido à limitação da história, e a história positivista, por seu turno, colocava-se como objetiva e destacava que a “a tarefa do historiador era apenas de mostrar como tudo realmente se passou” (CARR, 1976, p. 12). Esse princípio, segundo Carr, obteve grande popularidade nos idos do Século XIX. Ele afirma que “os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da História como ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos” (1976, p.13). O autor rebate a assertiva do historiador positivista afirmando que os fatos e os documentos não estão imunes à subjetividade, ao contrário, estão carregados de subjetividades: “são sempre refratados através da mente do registrador” (Idem, p. 23). Na primeira tentativa de responder à questão “Que é história”, que intitulou o livro, o historiador responde: “Ela[a História] se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”(Idem, p. 29). Se o ser humano é uma caixa de subjetividades, a história por ele escrita não prescindirá dessa característica.

¹ Professora associada III da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do ILUFBA e no Programa de Pós- Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO-UFBA). Coordena o projeto EtniCidades: escritoras/es e intelectuais afro-latinos. Edita a revista Afro-Ásia da UFBA.

Paul Veyne, em ‘*Como se escreve a história*’, afirma que, apesar dos milênios em que se tenta responder à pergunta ‘Que é história?’, a resposta não mudou muito: “os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a História é um romance real” (VEYNE, 1998, p. 12).

Não é meu objetivo elencar definições de história de cunho mais positivista nem com um recorte mais culturalista, mas destacar esses dois grandes marcos de concepção de história para que possamos entender a possibilidade ou não de haver diálogo entre a História e a Literatura. Embora diferentes, ao falarmos do discurso histórico ou do literário, vamos lidar com linguagem, memória, representação, ou seja, com campos em que a precisão objetiva pretendida por alguns setores da ciência não cabe mesmo.

Tenho, pois, o objetivo de evidenciar articulações entre história, literatura e memória, como espaços intercomunicáveis de diálogos e de tensões e que se dão a conhecer através da linguagem, estruturam-se em textos que descrevem, registram e/ou interpretam realidades. É antológico, na área dos estudos de letras, o texto de Wolfgang Iser, intitulado “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, em que, simplificando as palavras do autor, podemos dizer que ele aproxima bastante a Literatura da História, demonstrando que ambas selecionam aspectos da realidade, organizam esses aspectos em determinada sintaxe, reordenam os aspectos selecionados, mas se distanciam quanto ao protocolo do texto: o texto literário se apresenta, desnuda-se como um ato de fingir e exhibe o protocolo do *como se*, evocando a verossimilhança de Aristóteles. Já o texto do historiador, em que pese sua atuação como selecionador e organizador do que cataloga, tem um compromisso com a verdade. Recorro ao crítico Luís Costa Lima para explicar que

o discurso da História, como o da própria ciência exata, é sujeito ao protocolo da verdade. O conhecimento que produz é, por certo, lacunoso, fundado em restos e detritos do passado. Nem por isso é menos conhecimento que se justifica enquanto comprovável (LIMA, 1989, p. 104).

Em seu também antológico “*Machado de Assis, o historiador*” Sidney Chaloub enfatiza a possibilidade de ver a Literatura como fonte histórica, afirmando:

A releitura de Machado, mediada por vários anos de pesquisa sobre a história social do Rio no século XIX, foi dessas experiências intelectuais que não passam [...] encontrava naqueles textos exposição detalhada das políticas de dominação social que buscava reconstituir a partir de outras fontes históricas; perplexo, percebia ali muita alegoria e reflexão sistemática sobre a experiência social dos escravos, dependentes e outros sujeitos que, dizia-se, não estavam no centro da obra de Machado de Assis. (CHALOUB, 2003, p. 9)

É evidente que a Literatura, ao falar de sentimentos, pensamentos e relações entre homens e mulheres, abordará questões que transitam entre objetividade e subjetividade e relações sociais e culturais. Se ela não é fotografia da realidade, como pensaram alguns críticos apressados do Século XIX, não tem a autonomia que lhe foi atribuída por

outros críticos igualmente apressados. É nessa tensão entre a criação, as culturas, as linguagens e seus aprisionamentos e resistências que os textos literários vêm se constituindo como espaços para pontos de identificação, momentos de fruição e de interpretação para leitores das mais diversas tendências políticas, ideológicas e como lugares de reconstituição do passado e crônica do presente. Contemporaneamente, mesmo com os avanços tecnológicos, que competem com a supervalorização das imagens, o texto literário ainda consegue afetar sensibilidades e fornecer versões dos modos como homens e mulheres desenharam suas relações através dos tempos.

Em vários momentos da história da humanidade, diversos recursos linguísticos utilizados pela Literatura - e até mesmo, a própria Literatura - foram apropriados para tornar mais palatáveis imposições e dominações. Como narrativa em prosa ou em verso, o texto literário foi apresentado como útil para divulgar, propagar e sedimentar ideias, valores e comportamentos nem sempre democráticos.

Em um livro publicado no Brasil em 2009, o crítico francês Compagnon, falando da experiência na França, em uma conferência intitulada *Literatura para quê?*, passeia por tradições teóricas do Séculos XIX e XX e aponta algumas tensões, aproximações e contradições dos estudos e das críticas da Literatura que, para o autor, tem exercido funções diversas até a contemporaneidade. Entre elas, destaca o “doce e útil”, a reunificação da experiência e o conserto da língua (COMPAGNON, 2009, p. 40-41). Para afirmar que o quarto poder da língua na pós-modernidade seria o impoder sagrado. Portanto,

A Literatura deve ser lida e estudada porque oferece um meio- alguns dirão até mesmo o único- de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito mais diversos e que seus valores se distanciam dos nossos (COMPAGNON, 2009, p.47).

Sensibilizar a alteridade, emancipar as pessoas de uma centralização narcísica e incentivar a liberdade de criação são alguns das funções discutidas pelo autor, que ainda acredita no impoder da Literatura, mesmo levando em conta que, depois do holocausto, a arte, entre elas, a Literatura, perdeu seu sentido por não ter sido capaz de impedir a tragédia, não ter exercido sua função como instrumento de justiça e de tolerância.

Nos dias atuais, enfatiza-se o papel da Literatura como instrumento de conhecimento, de troca de experiências com a alteridade, com a diferença. Tal ênfase traz para a cena a antiga discussão sobre a função da Literatura, uma questão importante: a Literatura possibilita que entendamos a diversidade do universo e das experiências e, portanto, das culturas, dos modos de ser. Assim, seria contrária à existência de um discurso ditatorial unificador, homogeneizador de pessoas, linguagens e culturas. Nesse contexto, a Literatura “desenhará” personagens, acontecimentos, situações e as especificidades de variados grupos humanos, de modo que suas maneiras de ser, de agir e de viver possam ser representadas e, principalmente, reconhecidas como singularidades de outros grupos. Com a leitura de textos históricos e de textos

literários, o conhecimento sobre o outro aumentará e – espero - o respeito por sua forma de viver e de agir. Suponho que possibilitaria também certo sentido de humildade, ao se reconhecer que as pessoas são diversas, as culturas são diversas e não podem ser hierarquizadas. Embora não seja essa a versão hegemônica na tradição ocidental, vertentes dos estudos de cultura contemporânea enfatizam que os trânsitos entre cultura, história, comunicação, antropologia, artes visuais e midiáticos e literatura ampliam a possibilidade de se pensar o intercâmbio entre os discursos, como via de promoção do deslocamento de posições fixas e autoritárias propostas pela disciplinaridade.

Por exemplo, se pensarmos em algumas tradições desenvolvidas antes da hegemonia do texto escrito, aprenderemos que a história existia como relato de experiências de um narrador que se encarregava de transmiti-la aos demais. Essa história oral, narrada por alguém que tinha o ofício de registrar na memória, repetir e atualizar a tradição grupal, utilizava recursos de linguagem tidos hoje como específicos da Literatura para garantir a memorização dos fatos. Isso justifica as redundâncias, as aliterações e outras formas de repetição que garantiam tanto a memorização quanto a fixação do que era narrado. Em tradições africanas, por exemplo, segundo Hampaté Bá.

Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p.169).

Por outro lado, se bem observarmos, na antiguidade, aqueles a quem chamamos de filósofos estudavam Aritmética, Literatura, História, entre outros saberes, sem uma distinção tão rígida entre tais saberes, a qual, posteriormente, logrou fixá-los em disciplinas teoricamente incomunicáveis, a ponto de todos nós já termos ouvido reclamações de alguns pesquisadores quanto à invasão de sua área por pesquisadores de áreas afins. Com a interdisciplinaridade hoje posta, é inconcebível entendermos os campos de saberes com unidades estanques, cem por cento objetivas e distintas. Os saberes sobre a humanidade têm pontos de contato, já que abordam questões relativas a homens e a mulheres e relativas a caixas de subjetividades.

Eneida Cunha, no livro intitulado *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*, destaca que textos históricos e textos literários do período colonial do Brasil constroem e repetem informações, cenas que se reiteram em vários textos da cultura brasileira. Ela se apropria do termo estampas do imaginário utilizado por Derrida em sua leitura do texto de Freud e afirma que determinadas imagens e traços se repetem frequentemente nos textos que abordam questões relativas à identidade nacional brasileira. Para ela, são “como traços que, investidos, se repetem sempre diferenciados” Esses traços constituem um imaginário sobre a terra e as gentes do país, seja na Carta de Caminha, na História do Brasil de Frei Vicente de Salvador, em *O Caramuru*, de Santa Rita Durão, ou no romance *Viva o povo brasileiro*. E a lista poderia ser bem maior. Assim, para a autora, do privilégio concedido ao imaginário, decorre a nossa principal dissonância com a construção de uma história da identidade cultural,

moldada pelas vontades peculiares ao pensamento moderno, que não prescinde da continuidade evolutiva e linear dos acontecimentos, da articulação lógica e racional entre causas e efeitos. “[...] As estampas, as cenas e os acontecimentos do simbólico que plasmam o imaginário são descontínuos e paradoxais, por serem sucessivamente os mesmos e por serem sucessivamente outros.” (2006, p. 16-17).

De acordo com o texto de Eneida Cunha, a História e a Literatura caminham juntas no processo de reiterar as imagens sobre a terra brasileira e seus habitantes e terminam por forjar um imaginário, de certo modo, calcado na visão de colonizadores e jesuítas sobre terras e povos do Novo Mundo. Textos históricos e literários do período colonial encarregam-se de divulgar informações sobre a natureza edênica e infernal, simultaneamente, e sobre os perversos, incrédulos e antropófagos indígenas e sobre os indolentes e sensuais africanos. Paradoxalmente, os portugueses, em contexto tão desalentador, acreditam no futuro promissor tanto pra a Fé quanto para o Império em que, ainda segundo Cunha, “reencena-se a origem, o começo possível na versão desejada, composta sempre da harmonização de elementos, em princípio, paradoxais: infortúnio acidental (ou aparente) e predestinação divina ou essencial, como se, por linhas tortas, Deus tivesse escrito o destino grandioso da terra e desenhado o encontro surpreendente dos povos que formarão o seu ‘povo’” (CUNHA, 2006, p. 55).

A partir do Século XIX, as relações entre os dois discursos se tornam mais intensas: tanto o Instituto Histórico do Brasil quanto os textos literários considerados canônicos se encarregam de criar uma etnicidade e um passado para o país independente, dos quais estão excluídos os principais responsáveis pela grandeza e pela riqueza desse mesmo país. Outra vez, a Literatura e a História caminharão juntas, priorizando os feitos heroicos de homens brancos, participantes das classes privilegiadas que, mesmo quando condenam a escravização de negros, o que poderia ser visto como um avanço político ideológico, na verdade, fica patente a preocupação principal com o ingresso do país e de si mesmos no concerto das ditas nações civilizadas modernas e não indicam nenhum interesse na inserção de homens e de mulheres negros e negras no conjunto de cidadãos do país.

Joaquim Nabuco, que compreende a escravidão como um mal que nos envergonha, ou Joaquim Manuel de Macedo, na novela abolicionista intitulada de *Vítimas algozes*, ilustram esse tipo de comportamento. Este último, por exemplo, escreve textos definidos como abolicionistas, mas seleciona “os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores” (MACEDO, 2005, p.10), como afirma no texto de apresentação das novelas, em que Simeão, Pai Raiol e Lucinda são apresentados como personagens negros escravizados que deterioram a santidade e a pureza dos lares dos senhores.

Os grupos formados pelas elites letradas hegemônicas dedicaram-se a escrever a literatura e a história nacionais a partir de seus anseios de afastamento e aproximação dos grupos portugueses hegemônicos. Não somente Alencar e Gonçalves Dias, mas também outros escritores buscaram construir uma história da comunidade imaginada

que propunha uma etnicidade para o Brasil na qual figuravam exemplos de personagens nacionais que podem ser sintetizados, na expressão de Alencar, como “um cavalheiro português no corpo de um selvagem”. O termo selvagem é lido na expressão como uma parcela da população ameríndia, representada como domesticada pela cultura ocidental. Uma diferença que não pode ser negada, mas que só poderá ser incorporada se domesticada pela civilização europeia. Forjaram-se, então, memórias de luta e de heroísmo de indígena que poderiam dignamente representar a nascente nação brasileira. Silviano Santiago, no ensaio intitulado “Liderança e hierarquia em Alencar”, referindo-se aos textos que descrevem, informam ou ficcionalizam os contatos com a terra brasileira, afirma:

O fim óbvio dos textos era apresentar o país como Nação e o súdito como independente, uma independência marcada pela ambivalência, como ressalta o autor, “a consciência nacional só pode surgir (...) de um entrelugar que passa a ser definidor não mais do puro exotismo europeu, nem da pura exuberância brasileira, mas da contaminação do exotismo sobre a exuberância e vice versa” (SANTIAGO, 1982, p.89).

Arriscar-nos-famos a completar, um entrelugar em que também são selecionados o que lembrar e o que esquecer e que é marcado pela ambivalência entre o desejo de ser igual e diferente do colonizador, tido como paradigma a ser seguido. No caso do Brasil, índios e índias dóceis, com mães pretas e pais Joões, todos subservientes à capacidade inata de dominar dos generosos brancos portugueses constituirão imagens a serem pedagogicamente repetidas tanto pelas histórias nacionais quanto pela Literatura, com o intuito de torná-las cristalizadas no imaginário das jovens gerações.

No país em que vivemos, mesmo diante de uma população majoritariamente iletrada, a Literatura foi uma ferramenta fartamente utilizada para compor a etnicidade fictícia que sustentaria o discurso nacional. Escritores, historiadores e políticos criaram discursos que, tendo como material a língua portuguesa, seriam um elemento importante para formatar uma possível unidade de valores, de experiências, de sentimentos e de sentidos. Se não liam, em tempos de valorização da oratória, muitos iletrados ouviam discursos, sermões e poemas nas igrejas e nas praças. Esse fato explica a popularidade de escritores e oradores no Século XIX e, até, no Século XX.

No Império e na República, historiadores e literatos deram continuidade à convivência em associações, institutos, nos parlamentos e nas academias, imbuídos da missão de captar e disseminar a especificidade ou as especificidades de ser brasileiro – o que não incluía a atuação marcante de negros, índios ou mulheres. Em cada momento, a História e a Literatura, cada uma a seu modo, procuraram cumprir a tarefa que lhes foi atribuída. Entretanto não podemos deixar de registrar que cada momento histórico vai ser assim considerado se estiver em articulação com o presente. Então, o passado não é estanque. Seja na visão da História ou da Literatura, ele poderá ser sempre reinterpretado - porque outros fatos, acontecimentos e/ou personagens são descobertos, ou porque são lidos e interpretados a partir de outra clave.

Se avaliarmos a presença/ausência de negros e de negras nos discursos identitários nacionais brasileiros, veremos que, de Gregório de Matos, passando pelos viajantes que

cruzaram o país desde o Século XVII, pelo teatro de Alencar ou de Martins Pena e dos irmãos Azevedo, pelos romances de Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Lobato, Mário de Andrade, José Lins e Jorge Amado, até as telenovelas e os textos de historiadores canônicos, a atuação dos negros na construção do país é, frequentemente, apresentada em narrativas de um modo em que mesmo a presença, parafraseando Hall, não faz diferença nenhuma. Indivíduos, fatos, práticas e proposições que não se ajustavam ao projeto da ordem e do progresso foram condenados ao esquecimento. Ao lançar esse olhar sobre os textos do passado, estou entendendo com a estudiosa Alba Olmi que o olhar detido sobre a memória do passado não visa apenas compreender aquele passado, mas também interpretar fatos, valores e comportamentos do presente (OLMI, 2006, p. 36). Nesse passado, como personagens secundários, as mulheres e os homens negros, com suas culturas, causavam constrangimento a uma elite cultural que desejava se perceber como cópia, mímica da aristocracia europeia.

A histórica crítica contemporânea apresentará outros heróis, outros relatos, outras tramas. Teria como meta interpretar nas entrelinhas dos documentos redigidos por escrivães, juízes e advogados, comprometidos com projetos dos grupos hegemônicos dominantes e interessados em fixar negros e negras em lugares inferiorizantes – as vozes, os sentimentos e as alegrias dos subalternizados - uma tarefa que outra vez pode fazer a História e a Literatura andarem de braços dados. Ao remexer os arquivos em busca dessas histórias subterrâneas, historiadores têm descoberto documentos e/ou preenchido os brancos da memória com sensibilidade, delicadeza, inteligência e perspicácia. Historiadores como João Reis, Wlamyra Albuquerque, Wilson Matos, Elio Flores, Flávio Gomes, entre outros, vêm escavando os arquivos, não para construir uma história antiquária, mas para tornar visíveis as produções, as lutas e as vozes de pessoas negras: intelectuais, homens e mulheres comuns, gente das religiões que lutaram contra a barbárie com as mais diferentes armas, reescrevendo suas histórias e as dos grupos aos quais pertenciam.

No campo da Literatura, escritores/as afrodescendentes reconhecem o vínculo de suas produções com as tradições africanas e recorrem também aos arquivos para demonstrar que a poesia e a literatura têm cor. Evidentemente que “cor” ganha aqui um sentido que transcende em muito a cor da pele - mesmo porque há escritores negros que ainda acreditam na existência de temas universais, despojados de subjetividade, ou, digamos, de etnicidade. Autores como Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Ana Cruz, Lia Vieira, Márcio Barbosa, Luís da Silva Cuti, Oswaldo Camargo, Jônatas Conceição, entre muitos outros, reconhecem, com Bahktine, que os lugares de enunciação marcam, indelevelmente, qualquer discurso, sobretudo, o literário, e afirmam: Minha bandeira minha pele, dirá o poeta Luís da Silva Cuti:

Não me cabe hastear-me em dias de parada/ após um século de hipócrita liberdade vigiada/ minha bandeira minha pele// não vou enrolar-me, contudo/ e nun canto acobertar-me de versos// minha bandeira minha pele” (CUTI, 2002, p.46).

Os intelectuais negros que nos antecederam conviveram com o desejo forte de fazer parte da comunidade brasileira como agentes, sujeitos no processo de construção do país. Entretanto, na fundação do discurso nacional, foi alijada toda uma população

formada por africanas, africanos e afrodescendentes, que construía a riqueza nacional. Suas atuações e nomes foram propositalmente retirados ou colocados nas notas de pé de página da história. Muitas dessas ações individuais e coletivas, de autoria de letrados e não letrados, têm sido estudadas por pesquisadores e pesquisadoras negras que remexem os baús esquecidos pelo discurso oficial, com o objetivo de retirar a poeira do silenciamento e forçar a inclusão de nomes e feitos dessas pessoas na memória do país. Investigações desse porte têm forçado a história a lembrar de alguns desses momentos, enfatizando a agência de homens e mulheres negros/as nos embates para garantir suas existências e/ou para minimizar a violência do processo escravagista. Atuações de Luís Gama, José do Patrocínio, Cruz e Sousa, Teodoro Sampaio, André Rebouças, Juliano Moreira, Maria Firmina dos Reis e tanto outros anônimos foram sujeitos de ações importantes para a história do país, no entanto, seus nomes não tiveram o devido destaque nos compêndios das histórias,

Mesmo com ações governamentais que visam implementar leis reparatórias, ainda persiste um grande desconhecimento a respeito da história do negro no Brasil e a respeito da cultura e da literatura produzida por escritoras e escritores negros. A ênfase na leitura e na produção de textos criativos viabilizaria o contato com um tipo de conhecimento que alia razão e sensibilidade e propicia maior abrangência da percepção da realidade com suas ambivalências e contradições, lembranças e esquecimentos. Movendo-se em terreno do sensível, a arte seleciona aspectos da vida humana e organiza-os em outra sintaxe, diferentemente da cotidiana, e apreende, de modo mais amplo, as várias facetas dessa realidade erroneamente construída como única e totalizante. Conhecer a produção/atuação histórica de afrodescendentes será uma forma de atestar a multiculturalidade dos brasileiros para além da fábula das três raças amorosas e tristes, enfaticamente repetida nos mais variados textos.

Recorrendo a várias formas de arte, muitos dos africanos escravizados conseguiram constituir redes coletivas e individuais de resistência à coisificação do sistema escravagista. Mãos, vozes, corpos e habilidades cognitivas foram utilizados como produtores de manifestações artísticas no campo da pintura, da escultura, da música, da dança, da religião e da Literatura, que constituem traços culturais de destaque nos espaços da diáspora africana. Outros como Manuel Querino dedicaram-se a estudos e a pesquisas históricas, por meio das quais tentavam resgatar produções de africanos e afrodescendentes no campo das artes, no ensino primário, com o intuito de demonstrar que eles e elas podiam ser vistos como colonizadores importantes no Brasil.

Os exemplos do passado advindos da atividade intelectual e jornalística, representados por José do Patrocínio e André Rebouças, ou a atividade literária de Luís Gama, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Sousa e Lima Barreto, o teatro experimental do negro, com Abdias e Ruth de Souza, as antigas escolas de samba, o teatro popular e a poesia de Solano Trindade, os trabalhos de Mestre Didi, Emanuel Araújo, Yeda Maria, Rosana Paulino, Goya Lopes, Nice Avanza, entre tantos outros, ilustram as estratégias utilizadas pelos afrodescendentes no Brasil para tentar estabelecer diálogos entre arte, história e agência nos vários campos do saber.

A escritora Conceição Evaristo, poetisa contemporânea, por exemplo, faz da Literatura um espaço de reescrita da história de negros e de negras do Brasil. Com linguagem poética, sintética e extremamente sensível, em apenas 32 versos, narra poeticamente a história de cinco gerações de mulheres negras no Brasil e as lutas para registrarem suas histórias. Quem disse que os africanos não trouxeram em suas bagagens as memórias, as histórias, os cantos de seus grupos étnicos? O poema Vozes mulheres pode ser lido como uma ilustração do esforço empreendido para escapar da coisificação:

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdia.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos branco-donos-de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje - o agora.

Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2008, p. 10-11)

Séculos de resistência e de vitória contra a opressão que a escritora Ana Maria Gonçalves narrou, em quase mil páginas, e que os historiadores têm apresentado em uma infinidade de livros inteiros sobre episódios como a revolta dos Malês, sobre a guerra dos alfaiates, os quilombos, as famílias escravas, entre outros tema. O caráter sintético e figurativo da poesia permite a realização de um resumo nas entrelinhas em que cabem tanto outros poemas ou romances, quanto os textos históricos em diálogo constante, um suplementando o texto dos outros, numa espécie de rede textual histórica e literária.

Assim, podemos dizer que historiadores e os escritores, muitos deles afrodescendentes, vêm caminhando juntos, procedendo a diálogos intertextuais para construir outras estampas, outros imaginários para o Brasil, nos quais as histórias de resistências, vitórias, derrotas, dores e alegrias sejam narradas como parte de sua humanidade. Uma história que não tenha seu marco inicial na escravização, mas que, tal como sugere o poeta Salgado Maranhão, recorra à memória para marcar seus vínculos ancestrais: “Sou da terra/ dos tambores que falam./ E guardo no corpo a memória / que acorda o silêncio” (2009, p.27). Uma história que fale ainda com o poeta de “todos esses séculos de não/que tento enfeitar com pérolas/com gemidos e tambores” (2009, p. 38). Histórias poemas e romances, contos, composições outras que elaborados a partir de uma perspectiva privilegie a diversidade a interculturalidade e ação, a agência das pessoas negras.

Nessa perspectiva, a atividade de escrita de intelectuais negros não podia deixar de ser uma atividade militante, já que viviam uma realidade em que suas histórias e suas representações estéticas não eram consideradas válidas. Muitos deles, de modo mais ou menos explícito, participaram do movimento abolicionista propondo alterações que significassem melhoria para a vida de membros do seu grupo étnico.

Em um texto de reflexão estético-crítica no qual o sujeito poético vai discutindo sobre concepções de atividade artísticas e intelectuais, dialogando com as referências teóricas aceitas, com destaque para a oposição construída pela tradição ocidental entre emoção e razão, Europa e África, o poeta Cruz e Sousa inquire, no Século XIX: “*Deus meu! Por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável!*”

A sociedade do final do Século XIX não poderia ser menos hostil a Cruz e Sousa e seu desejo de inscrever-se no seletivo grupo de intelectuais brasileiros, ou melhor, intelectuais da Corte (Rio de Janeiro). É sabido que os grupos hegemônicos do citado período fazem da atividade intelectual uma moeda de ascensão para pobres e empobrecidos, mas não, para os negros, como atestam cartas e textos de Cruz e Sousa e Lima Barreto, por exemplo.

Observam-se, nos dois escritores, o insistente desejo de participar ativamente da vida intelectual brasileira e a certeza de que sua capacidade e talento não eram reconhecidos. Cruz se vê emparedado pelo preconceito e pela discriminação que se embasavam em uma ciência racista, interessada em justificar a dominação e a subjugação de povos.

Exercendo um papel crítico e combativo, a História e a Literatura deverão trazer para o centro da cena temas e questões incômodos. As histórias de corpos e de vozes são um incômodo para aqueles que sempre viram o trabalho intelectual como uma atividade restrita ao homem branco, que narrava aspectos de sua história pessoal ou do seu grupo. Tais discursos têm a possibilidade de propor maneiras diferenciadas de pensar, de investigar ou interpretar.

As produções históricas ou literárias e artísticas aqui aproximadas viabilizam para todo e qualquer indivíduo o exercício do lugar de sujeito, de ser ativo, pensante e produtivo para gerar interferências no conjunto de ações da comunidade. O pensador ou o artista é levado a reler o passado, a procurar entender o presente, a construir discursos, a elaborar ideias e conceitos, a propor formas estéticas diversas através das técnicas aprendidas que são colocadas em diálogo com os saberes adquiridos em sua vivência étnica, de gênero, de classe, entre outras. A produção da pessoa negra vai se constituir leitura das várias relações, conscientes ou não, estabelecidas pelo indivíduo com a História e com a sociedade em que vive. Viabilizará o processo de construção simbólica de sentido, que é resultante da nossa mutável, sofrida e também alegre existência – dimensão que o pensamento limitado pelas paredes da racionalidade não pode dar conta.

Durante muito tempo, firmou-se uma concepção de que a produção intelectual seria restrita aos brancos e aos ricos, uma elite que teria sensibilidade e capacidade; as produções de autoria de africanos e afrodescendentes eram analisadas, quando muito, como arte menor, artesanato, arte primitiva e despida de sofisticação. Hoje, com os abalos sofridos pela ocidentalidade e sua cultura, outras culturas e outras produções artísticas, em alguns setores, começam a ser valorizadas devido à diferença que instauram na produção hegemônica ocidental ou ocidentalizada. Na abertura que proporcionam àqueles que são capazes de atentar para o conhecimento do outro, a dinâmica do conhecimento científico atual deve ser proporcionada pela abertura da imaginação artística ou pela fantasia sensível às contradições e aos paradoxos constitutivos da humanidade. Ultrapassar fronteiras e limites, propor outras sintaxes, abrir espaço para outros atores e para outros saberes são as missões de uma prática intelectual multi e intercultural como sói ser a prática do intelectual crítico na contemporaneidade. Os nossos ancestrais fizeram de suas vidas esse espaço de preservação e reconfiguração da memória que o sistema escravagista tentara apagar. Em lugar de “esquecer” nomes e hábitos, eles reconfiguraram nomes e tradições e cravaram as marcas culturais de modo indelével em suas e em outras memórias.

Os signos corporais, rítmicos, linguísticos funcionam como elementos de ligação e de composição de grupos de afinidades e como vias de levantar questionamentos à história oficial ou de demandar direitos. A música, a dança, os estilos visuais das roupas

e do corpo, as gírias, os sistemas expressivos através dos quais os jovens afrodescendentes, artística e simbolicamente, refazem a história, reeditam as viagens tenebrosas, demarcam feitos heroicos de seus antepassados, cultuam valores ancestrais e ocupam lugar de destaque se pensamos com Hall que as culturas populares negras “têm usado o corpo como se ele fosse, muitas vezes, o único capital cultural que tínhamos. Temos trabalhado em nós mesmos como em telas de representação” (HALL, 2003, p.342). Corpos que carregam histórias de dor, sofrimento, alegria e luta e que se inscrevem como textos artísticos inovadores nos modos de articular as várias tradições que os compõem, mostrando-se simultaneamente como objetos estéticos e armas de luta política contra a exotização e a mercantilização.

Relacionando história e memória, grande parte da produção contemporânea dos intelectuais negros tem se voltado para escavar, nas memórias históricas e individuais, os dados, os fatos, as versões. É importante participar desse movimento, com o intuito de colaborar para a criação de um acervo de linguagens e estudos analítico-críticos e interpretações que, principalmente, possam fazer da visibilidade dessa produção um instrumento de incentivo para aqueles que, deformados pela secular e competente pedagogia eurocêntrica, não enxergam a possibilidade de vermos as produções históricas e estéticas como um campo de afirmação de tradições afro-brasileiras que se constituem / constituíram instrumentos de intervenção político-social e de reconfiguração das relações sociais do país.

Atores, escritores, escultores, professores, pintores, fotógrafos, dançarinos, mestres, religiosos, anciãos, historiadores e narradores viabilizam que pensemos no papel importante da memória cultural para a constituição de tradições na diáspora e das discussões sobre liberdade, educação e cultura. Gilroy fala de periodização dos conflitos políticos das lutas negras e propõe três momentos na história da cultura política negra, escolhidos a partir dos modos como cada um configura o projeto de libertação e de lugar da cultura. Para ele, primeiramente, haveria a fase da tentativa de liberar o corpo do escravo da experiência da reificação; a segunda, da liberdade da cultura; e a terceira seria

um projeto de libertar a música de seu status de mera mercadoria e associado a isto, pelo desejo de utilizá-la para demonstrar a reconciliação entre arte e vida, ou seja, pela exploração da busca de experiência artística e mesmo estética não só com uma forma de compensação paga como preço de um exílio interno em relação à modernidade, mas com o veículo preferido para o autodesenvolvimento comunal (GILROY, 2001, p244-5)

A citação pode funcionar como um mote para se discutir sobre os modos como as produções históricas e artísticas africanas e diáspora podem romper com as barreiras excludentes e inferiorizantes dos discursos da ocidentalidade e fornecer outras vias de conhecimentos, um pensamento mais crítico e democrático.

Com Said, em seu livro, *Humanismo e crítica democrática*, entendemos que as demandas contemporâneas estão sujeitas à intervenção e à elaboração intelectual dos escritores, segundo ele, e das pesquisadoras e pesquisadores, digo eu. E a memória exerce papel importante nessa elaboração, nas consequências e nas intervenções que tais

pesquisas podem gerar. Destaco dois aspectos ressaltados por ele que considero importantes para a nossa experiência como intelectuais negros insurgentes em um universo acadêmico hostil, autoritário e eurocêntrico. Para ele, o intelectual precisa “impedir o desaparecimento do passado”, e “o papel do intelectual é de apresentar narrativas alternativas e outras perspectivas da História que não as fornecidas pelos combatentes em nome da memória oficial, da identidade nacional e da missão (SAID, 2007, p.170).

Outra faceta do papel do intelectual é a luta pela construção de campos de coexistência, em lugar de campos de batalha, como o resultado do trabalho intelectual. Entendo que a produção e a circulação do trabalho intelectual de/sobre negros, e suas histórias e experiências só acontecerão, só romperão as barreiras do silenciamento e do descaso se construirmos campos de diálogos entre os vários saberes e os vários autores. Óbvio que as divergências de teorias interpretativas e de outras ordens acontecem e são salutares para a produção do conhecimento. É senso comum que as energias circulantes nos grupos, nos debates, nas convergências e nas divergências podem ser transformadas em círculos de ressonância nos diversos espaços de produção de conhecimentos.

Finalizo minha fala na expectativa de contribuir para que os diálogos entre a Literatura e a História ganhem novas configurações e possam produzir livros, pesquisas, lugares fortes de memória, não porque as memórias ainda não existam, porém justamente porque elas existem e se querem fixar na luta contra o tempo. Uma luta historicamente empreendida por nossos ancestrais, para demonstrar que não existem povos sem história nem sem poesia, portanto, de histórias e de literaturas será possível tecer outras memórias, escritas que, obrigatoriamente, dialoguem com o passado e que, por terem sido registradas em texto na memória, por terem sido histórias, podem ser lidas, revistas, reconfiguradas tanto pela Literatura quanto pela História em seus diálogos intermináveis, como sugere a poeta Conceição Evaristo:

Da língua cortada
Digo tudo,
Amasso o silêncio
E no farfalhar do meio som
Solto o grito do grito, do grito
E encontro a fala anterior
Aquele que, emudecida,
Conservou a voz e os sentidos
Nos labirintos da lembrança.

Referências Bibliográficas

BÁ, Hampaté. “A tradição viva! In: KI-ZERBO, J. (Ed.) *História Geral da África*. 2.ed. Brasília:UNESCO,2010, v.1, p. 167-212.

CARR,E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

CHALOUB, Sidney, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COMPAGNON. *Literatura para quê?* Belo Horizonte, Ed UFMG, 2009.

CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário: Literatura, História e identidade cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

EVARISTO, Conceição. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

LIMA, Luís Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

OLMI, Alba. *Dimensões e perspectivas da literatura memorialista*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Souk, 2005.

MARANHÃO, Salgado. *Mural de ventos*. Rio de Janeiro: José Olympio; Mogi das Cruzes: Universidade Mogi das Cruzes, 1999.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silviano. Liderança e hierarquia em Alencar. In: *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 89-115.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, Editora da UNB, 1998.